

DOSSIÊ TEMÁTICO

Educação do Campo em Perspectiva Latino Americana

DOI: 10.22481/praxis.v13i26.2826

**O JEITO CPT DE FAZER FORMAÇÃO - A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA
ENSINA E APRENDE COM TRABALHADORES RURAIS**

The way CPT to do training – the Comissão Pastoral da Terra teachers and learns with
farmworkers

La forma CPT formación – la Comissão Pastoral da Terra enseña y aprende con trabajadores
agricolas.

Amone Inacia Alves

Universidade Federal de Goiás - Brasil

Resumo

O presente texto fez parte da pesquisa de doutoramento intitulada “Quem deu a luz: a formação de trabalhadores rurais em Goiás”. Essa pesquisa Utilizou-se a etnografia a fim de mapear as experiências educativas da educação não-formal realizada com trabalhadores rurais no Estado, com diários de observação e entrevistas de caráter semiestruturado. Foram entrevistados, além de trabalhadores rurais que foram formados pela CPT, agentes pastorais da Comissão Pastoral, a fim de compreender como se davam os cursos de formação e como a CPT entendia esse processo. Assoma-se à análise documental, com a análise de folhetos, documentos produzidos e material dos cursos realizados de 1977 a 2005. Entendemos a educação não formal, a partir da acepção de Libâneo (2002), como aquelas atividades desenvolvidas de caráter intencional. Nesse artigo mostraremos que a Comissão Pastoral da Terra (CPT) tinha sim intencionalidades distintas nos momentos mapeados. A escolha de estudar a CPT se deu pelo fato de que em Goiás esse foi um importante interlocutor dos trabalhadores, não apenas assessorando-os no processo de conquista da terra, mas formando-os como sujeitos capazes de assumir um protagonismo diante das causas pleiteadas.

Palavras-Chave: CPT. Educação não formal; Formação.

Abstract

This text was part of the doctoral research entitled "Who gave birth: the training of rural workers in Goiás". This research used ethnography to map the educational experiences of non-formal education held with rural workers in the State, with daily observation and semistructured character interviews. Were interviewed, as well as rural workers that were formed by the CPT, pastoral agents of the Comissão Pastoral da Terra, in order to understand how to get along and training courses as the CPT understood this process. Appears to the document analysis, with the analysis of brochures, documents and material of the courses held from 1977 to 2005. We understand the non-formal education, from the meaning of Libâneo (2002), as those activities developed intentional character. In this article we will show that the Pastoral Land Commission (CPT) had different intentions at times Yes mapped. The choice of studying the CPT took place by the fact that in Goiás this was an important interlocutor of workers, not just advising them in the process of conquest of Earth, but forming them as subjects capable of assuming a leading role in front of pleiteadas causes.

Keywords: CPT. Non-formal education. Training.

Resumen

Este texto fue parte de la investigación doctoral titulada "que dio a luz: la formación de los trabajadores rurales de Goiás". Esta investigación utiliza la etnografía para mapear las experiencias educativas de educación no formal con los trabajadores rurales en el estado, con observación diaria y entrevistas semiestructuradas carácter. Fueron entrevistados, así como de los trabajadores rurales que se formaron por el CPT, agentes de pastoral de la Comisión Pastoral, con el fin de entender cómo llegar a lo largo de y cursos de formación como el CPT entendido este proceso. Parece que el análisis de documentos, con el análisis de folletos, documentos y material de los cursos celebrado desde 1977 al 2005. Entendemos la educación no formal, del significado de Libâneo (2002), como aquellas actividades desarrollan carácter intencional. En este artículo mostramos que la Comisión Pastoral de la tierra (CPT) tenía intenciones diferentes asignadas a veces sí. La opción de estudiar a la CPT ocurrió por el hecho de que en Goiás era un importante interlocutor de los trabajadores, no sólo asesoramiento en el proceso de conquista de la tierra, pero formando como sujetos capaces de asumir un papel de liderazgo frente a pleiteadas causas.

Palabras Clave: CPT. Educación no formal. Capacitación.

Introdução

O presente texto partiu de uma inquietação pessoal e acadêmica de compreender como têm sido formados os trabalhadores rurais em Goiás, principalmente por intermédio de agentes coletivos organizados para este fim, que passaram a disputar no *campo da formação*, espaços que visaram legitimar o que considero práticas formativas. Percebi que o aspecto religioso mobiliza e impulsiona, com um elemento a mais nesse processo: a fé. Como esse campo possui no seu interior diversos agentes, como a própria estrutura eclesial, alas conservadoras, dentre outros, busquei destacar a ação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) que, a meu ver, tem envidado grandes esforços para trabalhar essa formação. Esse trabalho é resultado da tese defendida em 2011, intitulada: Quem deu à luz: A CPT e a formação de trabalhadores rurais em Goiás. Buscamos compreender como o trabalho formativo da CPT constituiu um *habitus*¹ religioso, ao mesmo tempo, político aos trabalhadores rurais.

Em sua grande parte, as análises têm tomado como ponto de partida os movimentos rurais, discutindo algumas categorias que visam reconstituir a história dos enfrentamentos, o conjunto das ações, articulações de ocupações e posse. No que tange à educação de trabalhadores que têm participado ativamente desses processos de luta, os estudos centram seus esforços principalmente no âmbito do espaço escolar. Quando nos propusemos a pensar a educação além da escola, pensamos que as identificações de outras experiências – para além desse espaço - podem ser riquíssimas quanto à apreensão da memória e conseqüente registro histórico. Ao tratar dessas práticas educativas de trabalhadores rurais, propusemos a recuperar

essas memórias subterrâneas pretendendo fazer coro àqueles que querem reconstruir as lutas com um outro enfoque, dando voz e vez aos excluídos da história.

A CPT, que surgiu em Goiás em 1975, apresenta a clara finalidade de “estimular maior participação popular dentro da igreja, conquistando o direito de decidir democraticamente os conteúdos e métodos da ação pastoral”. (CPT, 1985) Apesar de possuir na sua estrutura elementos que conduzem a uma certa secularização das práticas religiosas, advêm do *campo religioso* a base metodológica de transmissão de capital, envolvendo uma mística em torno de sua missão em acompanhar os trabalhadores rumo à Terra Prometida. Esse discurso metafórico faz com que atraia novos membros, sobretudo trabalhadores rurais os quais, alijados do processo histórico e da exclusão, veem nessa busca uma saída, uma proposta concreta e, principalmente, a conquista da terra almejada.

Ainda que a CPT não tenha um projeto estruturado de formação, intenta participar no *campo da formação*, fator que nos leva a inquirir: O que espera que seja esse trabalhador rural? Esse projeto confronta-se com o que entendemos que ele seja? Qual o resultado dessas práticas? Que conflitos enfrenta frente a outros agentes que também ensejam uma formação?

O “sentido” da formação para a CPT

Como agente privilegiado no *campo da formação*, a CPT, desde o seu início, inseriu-se com o propósito de possuir uma metodologia de não oferecer respostas prontas, mas de reconhecer o protagonismo do trabalhador rural enquanto agente da sua própria transformação e de suas próprias demandas de luta. A decisão de criação da CPT, na 2ª resolução no Encontro em Goiânia, em meados de 1975, já esboçava essa preocupação:

Criar uma Comissão de terras que, na qualidade de organismo de caráter oficioso, ligado à linha Missionária da CNBB para realizar com agilidade o objetivo de interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham em favor dos homens sem terra e dos trabalhadores rurais e estabelecer ligação com outros organismos a fins. Caba a esta comissão dar especial atenção ao Estatuto da Terra e à legislação do trabalhador rural, procurando divulgá-los em linguagem popular. Que ela promova também campanhas de ampla e inteligente consciência a favor dos direitos das dez milhões de famílias sem terras (Boletim da Comissão Pastoral da Terra, n1, Ano I, Goiânia, dez. 1975, p.8).

No entanto esse processo não tem sido feito sem contradições. A primeira delas, em um olhar apressado, pode parecer não ter muita importância, porém no aspecto simbólico, tem grande significado, pois se refere ao fato de que, apesar de a CPT ter surgido com o propósito de preparar trabalhadores rurais a fim de formá-los, no seu ato de fundação, não contou com a participação de nenhum deles. Esse aspecto demonstra que, conforme a fala de seus próprios

membros, apesar das boas intenções, havia um desconhecimento geral sobre quem era esse trabalhador rural, muitas vezes visto de forma romantizada.

Como agente de lutas no próprio interior do campo da formação, vivencia no seu interior inúmeros conflitos, onde agentes disputam relações de poder, observadas em diversos momentos. Um deles diz respeito à ocorrência de que, apesar de ser um movimento surgido de “dentro” da igreja católica, traz elementos culturais externos a essa instituição, vistos pela hierarquia eclesial como contrária aos interesses da igreja. Esse fato sobre a desconfiança em relação à prática ecumênica¹ que, para a igreja, significava a inversão de valores tão perniciosos aos valores católicos.

Ainda em ocasião da fundação, um outro ponto de destaque é quanto à própria desconfiança de alguns padres e bispos advindos de uma ala “conservadora”, receosos que essa “identificação” da CPT com a reforma agrária correria o risco de apresentá-la aos olhos dos fiéis como uma igreja comunista.

Havia, ainda, o contrário. Os próprios agentes “leigos” temiam que, sendo uma comissão pastoral, esse movimento nasceria atropelado pelas ingerências na comissão de membros eclesiais. Um episódio ocorrido ilustra isto. Luisella Ancis, ex-agente da pastoral, que monitorou a formação da Equipe da Terra, temia esse “atropelo” pela igreja. Para impedir isso, alguns agentes leigos exigiram de D. Tomás Balduino a renúncia da Diocese a ter uma equipe local. Fato consumado, a Equipe da Terra atuou de forma autônoma sem a presença do clero até 1984, quando foi criada a CPT Diocesana, coordenada apenas por agentes leigos.

Essa autonomia gerou mal-estar entre padres que sempre tinham acompanhado o movimento de trabalhadores rurais. Conflito dado, observamos que a própria fundação não se deu de forma tranquila quanto à relação entre os membros constituintes.

Quanto à ideia de formação, o procedimento não ocorre de maneira diferente, isto é, não há um consenso sobre que tipo de formação empreender. Encontramos no Plano Nacional de Formação da CPT o conceito:

A formação é o espaço para a efetivação do referencial prática-teoria-prática, organizada com temáticas previamente pensadas e discutidas, com cronograma agendado, contemplando os desafios históricos e imediatos das classes de trabalhadores rurais. É na busca da compreensão integral da pessoa, a partir da sua prática de luta pela transformação e participação nos conflitos sociais no campo. É aprimoramento teórico-prático do nosso serviço às lutas pela transformação social no campo. Esta prática profético-transformadora na CPT é o ponto de partida, conteúdo e meta da nossa formação (Plano nacional da formação, 1993, anexo III).

Esse documento nos mostra a carta de intenções da CPT, realçando a ideia de compreensão integral do trabalhador rural a que se propõe o documento. No entanto, na observação prática, percebemos que em muitos momentos isso não aconteceu. O conhecimento sobre esse trabalhador rural tinha suas diferentes interpretações de acordo com os seus mediadores: assessores, agentes pastorais e a própria igreja em si. Nos depoimentos deixados pelos agentes nos encontros de formação, encontramos uma visão do trabalhador rural vinculada a uma concepção urbana de esquerda de revolução¹, não presente no seu imaginário¹, sendo portador apenas da vontade de conquista da terra.

Encontramos, nos objetivos da formação, o seguinte fator:

Contribuir com a ação transformadora da sociedade e o engajamento na luta dos trabalhadores rurais; capacitar os agentes da pastoral para uma análise crítica da sociedade; contribuir com uma constante elaboração dos referenciais teóricos, a partir da dialética prática-teoria-prática (Plano nacional da formação, 1993, anexo III, p.2).

Percebe-se, por esse motivo, a incongruência da prática formativa, no que se refere ao não reconhecimento do formador como um deles. Apesar de grande parte dos agentes pastorais e até de alguns assessores terem origem rural, em vários momentos identifica-se uma percepção de que o trabalhador rural faz parte de um outro grupo social, desconsiderando os seus saberes no processo de formação.

Nos documentos pesquisados, encontramos falas que apresentam uma dimensão positiva da formação, na medida em que visa superar uma visão espontaneísta e basista de que as ações e lutas são a única e a melhor forma de educar os militantes. Contudo, tais documentos apontam para a absolutização do trabalho formativo – muitas vezes identificado com a realização de cursos – pode conduzir a um tipo de formação “teoricista” e “vanguardista”, impondo visões de mundo aos agentes distantes da prática nos movimentos sociais. Por outras vezes, encontramos nas reflexões apontamentos para os riscos de uma leitura equivocada em pensar que os “cursos” resolveriam todos os problemas de formação política. A preocupação aparece nos documentos:

Entender a formação política somente pela realização de cursos desvinculados dos processos organizativos nos conduz ao risco do tecnicismo nos programas de formação e de um distanciamento destes da realidade e dos processos reais das organizações dos trabalhadores. Acreditamos ser indispensável aprofundarmos a discussão sobre a relação entre a formação e processos organizativos e o papel que cumprem os cursos

dentro de uma estratégia de formação (Relatório da Formação da CPT Nacional, abril de 1994).

Esse relato nos mostra que a própria CPT, em diversos momentos, não teve clareza quanto aos seus propósitos. Os relatos apresentam ainda a preocupação com a ausência de clareza quanto à metodologia a ser empregada. A ideia de metodologia a partir da prática dividiu opiniões pois, apesar de muitos a qualificarem como muito boa para o trabalho de formação de base, os relatórios pesquisados evidenciam a preocupação de que, quanto à formação de quadros, tornava-se necessário privilegiar a apropriação teórica, sendo imprescindível compreender o cenário a partir da dialética.

Tal condição fez surgirem várias indagações acerca da compreensão por dessa apropriação teórica e procura de uma concepção metodológica dialética aplicada aos processos de formação. Havia um receio de que a prática fosse de maneira ritualística ou até mesmo mecanicista. Aparecem também em outros documentos as análises sobre os critérios de seleção sobre quem participaria dos cursos, bem como os critérios a serem utilizados para a seleção do eixo temático e os conteúdos tomados como ponto de partida para o início de um curso de formação.

Havia uma tensão entre uma “dosagem de conteúdos” prevista no início dos cursos e os diferentes ritmos que os participantes tinham no decorrer da formação. Pela heterogeneidade dos membros, pessoas pouco alfabetizadas e outras com maior nível de escolarização, a Comissão encarou o fato como um desafio a enfrentar. Esse desafio aparecia em maior ou menor grau principalmente quando surgiam questões mais polêmicas, como na relação sindicato–partido, em que os próprios programas de formação tinham dificuldades de tratá-los, de modo que se “superasse o sectarismo e o primarismo” do seu tratamento nos espaços de luta política. A abordagem teórica da questão, segundo a preocupação desses mediadores, não deveria ser reduzida a uma simples prática política dos seus militantes.

Desse modo, a mediação ocorria no sentido de levar a discussão para um patamar em que o espaço de formação não fosse minimizado a um ambiente de luta política, haja vista a militância partidária de muitos dos seus membros. Aliás, esse fato era recorrente em muitas reflexões.

Não obstante, o cerne da preocupação era quanto à especificidade da CPT que, em muitas vezes, tornou-se confusa, conforme aponta Antonio Baiano (Orizona):

A CPT teve momentos em que ela se confundiu entre apoio ou direção da luta. Ela acaba se confundindo, em alguns momentos, com um movimento

social. Ela deixa de ser apenas uma pastoral para ser um movimento social (Entrevista concedida à Comissão Pastoral da Terra: seu compromisso eclesial e político: Goiânia, 1987).

Essa fala nos mostra que, no afã de acompanhar os trabalhadores, em muitos momentos, os agentes pastorais assumiram a luta dos trabalhadores, talvez por inexperiência ou até por uma leitura de que era necessário fazer algo. Esse fato gerou expectativas em ambos os lados. O resultado mais proeminente disso foi a cobrança por parte desses trabalhadores de ações mais contundentes dos agentes em momentos que eles próprios deveriam agir.

Outro ponto problemático a ser destacado é quanto às expectativas que a comissão tinha em relação à eficácia dos programas de capacitação. Isso foi comprovado com a avaliação feita pela Coordenação Ampliada sobre as eleições para cargos públicos quando, muitas vezes, os eleitos para vereador, prefeito, deputado e senador representavam muito mais os latifundiários do que os próprios camponeses¹.

Mas, se agente analisar politicamente, nós vamos ver que não houve traição; a nossa metodologia é que, talvez, foi equivocada. Por que nós não somos políticos profissionais, nós, inclusive, somos amadores na arte de fazer política e também na organização popular na linha de política profissional. Por que um político profissional, às vezes, chega com marketing, dinheiro e na última hora ganha a eleição. Então a gente costuma pensar assim de que a política, uma eleição é um processo que tem um começo e um fim, e não é. Uma campanha eleitoral faz parte. É uma etapa de um longo processo de conversão, de transferência da sociedade e das pessoas, e aí, não dá para você indo lá uma ou duas vezes, entregando um panfletinho, um santinho do político ou pedindo para o trabalhador rural votar nesse ou naquele candidato com uma ou duas visitas, você quer que ele mude uma performance, uma caminhada dele de 30 ou 40 anos de exploração, dominação, de mando? (Entrevista com Luiz Antônio Ório, coordenador da CPT Regional, concedida a José Santana da Silva em 30/07/2002).

O relato de Ório demonstra o receio de que uma metodologia inadequada não fosse capaz de alterar uma prática política que permeava o *habitus* do trabalhador rural, fruto de sua cultura camponesa¹. Por outro lado, identifica aspectos de aprendizado da pastoral em reconhecer a necessidade de se repensar a trajetória da formação, por muitas vezes não conseguir atingi-la por completo, ou pelo menos por aquilo que se considerava formação.

Uma outra questão a ser repensada foi quanto ao que aparece no Plano Nacional da Formação da CPT sobre “dar-se simultaneamente à luz da prática profética de Jesus e da realidade vivida pelos trabalhadores do campo”. Percebemos que, aos poucos, a pastoral foi compreendendo que o desconhecimento da utopia camponesa inviabilizaria todo o processo.

Ainda com relação ao protagonismo dos trabalhadores, quando de fato isso houve, não deixou de haver conflitos. Vê-se de forma clara em relação ao Movimento dos Sem Terra – MST - na Diocese de Goiás em 1990.

A relação com o MST pode ser pontuada em três momentos distintos: o primeiro deles, com a criação do movimento, houve uma participação maciça da comissão, orientando e até estimulando o surgimento de um movimento social que, de fato, contribuiu para uma nova discussão sobre os rumos da luta agrária.

Contudo, no segundo momento, uma vez fundado, estabeleceu uma relação “fria” com a pastoral, negando-se a manter a parceria com esta, na visão de muitos, numa atitude utilitarista. Pela avaliação feita por Antônio Baiano, “as ações do movimento quando a gente tomava conhecimento, já tinha acontecido e você era chamado para apagar fogo” (Silva: 2003, p. 45-46).

Um terceiro momento aponta para o reatamento entre a CPT e o MST, apesar da desconfiança dos mediadores de que as decisões continuaram a ser feitas sem a participação destes, na maioria dos casos.

Uma possível razão desses conflitos, a partir dessa análise, nos conduz a uma reflexão de que, na verdade, faltava a real compreensão sobre os papéis a serem atribuídos pelos próprios agentes pastorais e sobre que tipo de autonomia deveriam ter os movimentos sociais aos quais eles serviam. Luiz Ório vai ao encontro desse pensamento ao afirmar:

Alguns dirigentes do MST acharam que instrumentalizando a CPT, achando que a CPT deveria só fornecer recursos financeiros, o carro e a estrutura da igreja para que eles pudessem executar um trabalho (Entrevista com Luiz Antônio Ório, coordenador da CPT Regional, concedida a José Santana da Silva em 30/07/2002).

Assim, aos poucos, percebe-se que a CPT passou a se incomodar com o fato de o MST ter adquirido um novo tipo de capital no campo da formação. Da passagem para um movimento autônomo, com a seleção de suas próprias demandas, esse agente coletivo só recorria à pastoral em caso de necessidade, seja de facilidade de mobilização, ou de material para divulgar o trabalho dos Sem Terra.

A prática de “servir” aparece com certa frequência nas discussões dos regionais, mostrando uma fragilidade que permearia a trajetória da CPT. Isso ocorreu porque a intenção de assessorar, organizar e até encaminhar demandas, acabou por confundir a missão que tinha, no fundo, o objetivo de criar uma consciência crítica no trabalhador rural para que assumisse os riscos de participar de um movimento social.

Os encontros da CPT com os trabalhadores rurais

Conforme pode ser visto, a CPT, desde o início, priorizou a formação, pensada como um instrumento capaz de construir um *capital político*, com a finalidade de contribuir para o avanço das lutas e organização dos trabalhadores rurais.

Com relação às práticas formativas, nem sempre foram pensadas da mesma maneira, desde o processo de fundação. Aos poucos percebeu-se a necessidade de vê-las enquanto um processo permanente, dialético e de construção coletiva. Era necessário, muitas vezes, recorrer a leituras exteriores para permitir uma melhor clareza sobre os rumos do trabalho pastoral. Apesar da aparente calma provocada pela redemocratização, os conflitos continuaram paulatinamente à crise instaurada na CPT concernente à identidade e valores a serem assumidos quanto aos movimentos sociais nos anos 1990.

Em relação às práticas formativas, apesar da missão: “nos seus processos de formação integral e permanente; a partir das experiências e no esforço de sistematizá-las; com forte acento nas motivações e valores, na mística e espiritualidade”, percebemos a não ocorrência uma linearidade de intenções, sendo que na prática, nem sempre a CPT manteve um único modelo de formação¹.

Embora aos poucos tenha amadurecido a concepção de formação enquanto “construção coletiva, que é exercício de circulação do poder e do saber”, vimos anteriormente que nem sempre se disseminou na prática essa intenção. Em um primeiro momento, percebemos uma formação basicamente voltada aos encontros de reflexão sobre a ação. Segundo Poletto:

A reflexão era centrada no trabalho e visava buscar respostas teórico-práticas para as questões emergentes. A diferença de posições entre os agentes existia, mas ela não se sobrepunha à ação conjunta para criar espaços de organização do povo. Neste período a comunicação e informação internas exerciam um papel fundamental. (Histórico da formação da CPT, abril de 1988).

Percebe-se que havia várias iniciativas de formação dispersas nas regiões, porém sem um caráter formativo mais amplo, abrangendo, de uma maneira geral, agentes e assessores, mas localizados, sobretudo no próprio trabalhador rural. Isso acontecia porque, naquele período – nos primeiros anos da CPT – era urgente trazer à tona elementos favorecedores de um maior aprofundamento de questões ligadas ao conhecimento das leis, do estatuto do trabalhador e das leis que o cercavam.

Daí a predominância de cursos voltados para esse fim, promovidos por assessores que organizavam encontros com esses trabalhadores nos sindicatos rurais, nos assentamentos, em ocasião das ocupações e onde mais se fizesse necessário prepará-los. Muitas vezes tais situações de formação eram permeadas de tensão, da necessidade de uma compreensão rápida para “entrar na justiça”.

Sem uma reflexão mais ampla dos significados do tipo de conhecimento a ser transmitido, conforme dito antes, essa prática muitas vezes levou à confusão sobre o fato de a pastoral estar “a serviço dos trabalhadores” e não “de serviço”, quer dizer, sobre o verdadeiro papel de apoiá-los, mas não de assumir a causa deles.

Em um segundo momento, a partir de meados dos anos 80, iniciaram-se os cursos de formação, voltados também para os agentes. No princípio, foram encontros voluntários para estudos mais aprofundados, a fim de possibilitar uma reflexão mais crítica da realidade. A ideia era de que, além de uma visão crítica, adquirissem uma visão teológica para, autonomamente, construírem uma visão de mundo oriunda da prática.

Com esse propósito, a partir desse período, a CPT criou os cursos nacionais de formação de longa duração, normalmente de três anos, acontecendo em quatro semanas. A concepção desses cursos era de que tivessem um caráter participativo, priorizando a metodologia do “ver-julgar-agir”. Para a escolha dos assessores dos cursos, os critérios eram: capacidade de fazer uma análise crítica da realidade da perspectiva sociológica, histórica, teológica, etc e repassar os instrumentos metodológicos objetivando fazer a análise da realidade, buscando dar autonomia aos agentes¹.

Nesse processo, cada participante escolhia uma área de aprofundamento na qual faria o curso. Segundo os documentos analisados, houve períodos em que 90% dos agentes participaram dos cursos de formação, contribuindo, de acordo com a comissão regional, para a construção da unidade.

Com o processo de autonomia dos regionais e de pulverização da ação pastoral, significando uma diversificação de formas nos regionais, houve a necessidade de reunificar os trabalhos da CPT, apontando na formação a responsabilidade de solidificar seu capital.

Já no terceiro momento, a formação se dá em um período em que a pastoral passou a vivenciar uma crise, seja de participação no *campo*, como na própria transmissão de *capital*. Isso porque desde os anos oitenta, com a abertura política, as pastorais passam a enfrentar a entrada no *jogo* de novos agentes, como sindicatos, partidos, movimentos, organizações não governamentais, dentre outros. A crise passa a afetar os agentes de diversas maneiras. Esses

agentes externos trouxeram novas formas de *capital*, fazendo com que a CPT perdesse seu espaço.

Internamente, vê-se que o “p” de pastoral não poderia ser reduzido e igualado à atuação política e social, embora não excluísse outros aspectos, como o aparecimento de elementos novos no âmbito eclesial, o próprio macro-ecumenismo, o diálogo inter-religioso e o pluralismo de ideias. Começou a questionar-se se a CPT deveria se tornar um movimento, uma Ong, uma entidade de apoio ou um serviço.

Esse momento de crise, por outro lado, apontou nos anos 1990 novos desafios, como a diversidade de atores e mediadores do campo, ampliando o leque de propostas a fim de se pensar na reforma agrária, além de outras questões de natureza sócio-ambientais e de gênero.

Com essas novas mediações, criou-se um certo “pudor” em formar trabalhadores, devido à falta de sentido que teve a formação naquele período, haja vista a perda de referência da fase anterior¹. A fala de D. Tomás Balduino foi significativa: “os trabalhadores não são nossos clientes, mas sujeitos do processo, o que é desafiador”¹. Nesse sentido, passou-se a questionar se não estaria colocando os trabalhadores rapidamente em alguma organização ou até qual era o sentido da luta da CPT, sabendo-se de antemão que esta não era a mesma do MST.

Com relação à metodologia, chegou-se à conclusão de que o específico na transmissão do *capital* era a racionalidade religiosa, em muito mais força do que a *racionalidade política*, capital fornecido pelos movimentos sociais, reafirmando o caráter de fazer pastoral popular, de um jeito cristão.

Desse modo, no terceiro momento, várias questões se fizeram presentes, demandando uma busca pela construção de um senso de unidade, tarefa que coube aos coordenadores da CPT. No processo de passagem pela crise, foram criadas várias comissões para debater o tema da formação:

No tocante à formação, se não sabemos para onde vamos, sabemos ao menos onde estamos. Nos guiamos pela demanda concreta do lavrador, talvez em excesso. É momento de definição ou de ensaio? É possível neste momento ter definições? Avaliou-se que é preciso buscar consensos operacionais. Definir alguns pontos de referência, como elemento catalisador de experiências locais. Perspectiva não se reduz a modelo. (Ivo Poletto, Sandra e Ruben. Relatório de formação, 1999).

Notou-se que uma das formas de superação daquele momento, e da sua própria continuidade como pastoral a serviço, era investir na transmissão de *capital*, daí os diversos

debates quanto ao tema. O resultado foi a profusão de cursos nacionais, alguns mais curtos, com a inclusão de novos temas e com esforços de elaboração a partir da práxis. Os participantes nesses cursos, a partir dos anos 1990, eram quase todos “novos”, com uma média de atuação na CPT de 3 a 4 anos, reforçando a tese da necessidade de renovação de quadros e um investimento para isso:

Há dificuldades do pessoal perceber por onde passa a unidade da CPT. Os novos não têm o mesmo referencial do passado. Porém, como definir a ação da pastoral hoje? Não se vislumbra a ação para além do amanhã, fica-se no ativismo. Nos regionais, atividades sem fim e sem parâmetros claros. Percebe-se que na CPT convivem pessoas que estão na entidade para responder a certa função, sem motivação de fundas, e outras sem motivação. (Ivo Poleto, Sandra e Ruben. Relatório de formação, 1999).

A seleção de novos membros na CPT mostra que houve uma necessidade de renovação devido também aos interesses do campo da formação. A fala acima mostra a ocorrência de uma demanda de investimento em novos quadros para se manter no jogo. Nesse sentido, todo o esforço era para melhor capacitar agentes pastorais para a aquisição de um *capital político*, sendo necessário ir além dos cursos oferecidos, mas considerando também como alvo da formação as experiências obtidas frente aos acompanhamentos feitos aos grupos populares, em que se fazia necessária um aprofundamento teórico sobre a prática. Para tanto, urgia conceituar o entendimento como formação, missão e objetivos a serem traçados, a fim de promover um debate sobre como assessorar os trabalhadores nas suas demandas mais gerais, destacando-se a importância de reconhecer que eles deveriam ser os verdadeiros protagonistas, já que havia uma tendência de muitos agentes em tomarem decisões, muitas vezes sem sequer ouvi-los.

Algumas considerações finais

Mostramos que o trabalho pastoral desde o início se distanciou das demais entidades que defenderam a reforma agrária, pelo menos na intenção, ao buscar não se constituir como um organismo assistencialista, um partido, ou um sindicato, mas como um elemento mediador, que municia os trabalhadores rurais, defendendo-os quando necessário.

É importante lembrar que não apenas a CPT atuou com o propósito de formar trabalhadores. Houve, por parte dos diferentes mediadores, uma construção teórico-empírica sobre o conceito de formação, ocorrendo disputas pela sua autoridade discursiva. Tanto

agentes partidários, representados pelos partidos políticos, Partido Comunista, PC, posteriormente, Partido dos Trabalhadores, PT, Central Única dos Trabalhadores, CUT, agentes sindicais, compostos pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Goiás, Fetaeg, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, STRs, agentes da sociedade civil, Movimento dos Sem Terra, MST, agentes de Assessoria, quanto o Instituto Brasil Central, Ibrace, e Instituto de Formação e Assessoria, Ifas, tiveram, ao longo dos anos, vários interesses nessa formação.

A formação empreendida e o apoio dispensado por esses diferentes agentes foram extremamente significativos, pois conseguiram influenciar diversas manifestações de trabalhadores rurais em defesa da ampliação de seus direitos. Ademais, foram além de uma instrumentalização apenas política, tornando-se responsáveis pela alteração do modo de vida desses trabalhadores, mudando-lhes o *habitus*. Daí a necessidade de dedicar-me a esse estudo.

Buscamos destacar a ação de um agente coletivo específico – a CPT– pois consideramos que, desde o início, houve uma opção por delinear um projeto formativo, parte de uma escolha política, de não apenas assessorar os trabalhadores rurais nos seus embates cotidianos pela conquista e posse da terra, mas contribuir para a constituição de um novo sujeito político, um novo militante social.

No entanto, percebemos que nem sempre a CPT teve clareza quanto a esses objetivos. Observamos que, em muitos momentos, em posse de uma pretensa neutralidade de ações a fim de dar visibilidade ao *protagonismo* do trabalhador rural, muitas vezes ia ao campo com respostas prontas, com um *savoir faire* organizado, indo de encontro à própria proposta de construir uma metodologia com os próprios interessados na causa.

A CPT surgiu de uma intenção de católicos em acompanhar os trabalhadores rurais na década de 1970 que, naquele momento, viam-se alijados de seus direitos, mediante um modelo de desenvolvimento empregado conhecido como “modernização conservadora”. Contou desde o início em seus quadros com a experiência gerada pelas propostas de educação popular e de uma militância de esquerda e esteve presente na atuação da área rural, em vários movimentos sociais, seja na capacitação ou no acompanhamento, buscando fomentar um trabalho de base ou de lideranças capazes de conquistar espaços políticos, tendo em vista um proposta mais ampla de participação popular.

Por isso a CPT constituiu-se em um importante *mediador* de movimentos sociais no campo brasileiro, denunciando violências e arbitrariedades contra posseiros, acampados e sem terras. A partir dessa opção “pelos pobres” contribuiu para o surgimento de novos

movimentos, a exemplo do MST, bem como para uma renovação sindical mais ampla, sentida principalmente nos anos 80. Todo esse processo social foi o catalisador do projeto de redemocratização brasileira.

Referências

BOLETIM de formação da CPT Regional de Goiás, 2004.

BOLETIM informativo: CPT – Regional Centro Sul de Goiás. a 1, n. 3, mar/ 1985.

BOLETIM da Comissão Pastoral da Terra, n1, Ano I, Goiânia, dez. 1975.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

CPT – Dez anos de caminhada. Petrópolis: Vozes, 1985.

CPT A luta pela terra: A comissão pastoral da terra 20 anos depois. São Paulo: Paulus, 1997.

Documento de avaliação: **Curso de Formação da CPT – 3ª etapa**. Hidrolândia, janeiro de 1990.

Documento: **Processos de formação da CPT**, agosto 1993.

GOMES, Luís Antônio Lopes. A dolorosa transição: de trabalhadores sem terra a trabalhadores com terra. **Dissertação de Mestrado defendida em 1992**. Faculdade de Ciências Sociais – UFG. Goiânia. 1992.

JORNAL O PLANTADOR. Órgão de divulgação da CPT – Centro Sul; Maio/ junho/ 1986.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos: para quê?** São Paulo: Cortez, 2002.

LOUREIRO, Walderês N. **O aspecto educativo da prática política**. Goiânia: CEGRAF, 1988.

PELOSO, Ranulfo. **A força que anima os militantes**. Caderno de Formação do MST, 27, 1998, p.7.

PERANI, C. Comissão Pastoral da Terra: novidades e questionamentos. In **Conquistar a terra, reconstruir a vida: CPT – dez anos de caminhada**. Petrópolis: Vozes, 1985.

PESSOA, J. de M. A Colônia Agrícola Nacional de Goiás no Aprendizado da Itinerância. In **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: Formas dirigidas de constituição do campesinato**. NEVES, D. P. (org.) – São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

PESSOA, J. de M. **A Revanche camponesa**. Goiânia: Editora da UFG, 1999a.

PLANO nacional da formação, 1993, anexo III

POLETTI, I. A terra e a vida em tempos neoliberais. In **A luta pela terra**: A comissão pastoral da terra 20 anos depois. São Paulo: Paulus, 1997.

POLETTI, I. A CPT, a igreja e os camponeses. In org. **Conquistar a terra, reconstruir a vida: CPT – dez anos de caminhada**. Petrópolis: Vozes, 1985.

POKER, J.G A. B. A prática da vida e os desencontros da libertação. **Dissertação defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas**, 1994. Universidade de São Paulo.
PROJETO História da CPT Goiás – 16/07/1993.

RELATÓRIO da Formação da CPT Nacional, abril de 1994.

RELATÓRIO de atividades – 1991/1992. Projeto Formação.

Dr^a Amone Inacia Alves
Universidade Federal de Goiás - Brasil
Doutora em Educação Universidade Federal de Goiás (FE/UFG)
Email: amoneinacia@gmail.com

Recebido em: 10 de junho de 2017

Aprovado em: 21 de julho de 2017